

Alexandre Garcia

“As narrativas de ONGs cheias de dinheiro, de certas lideranças religiosas que encontram eco na militância midiática, querem, no fundo, enfraquecer a soberania nacional sobre a Amazônia”

Florestas e índios

O presidente Jair Bolsonaro falou ontem, na ONU, respondendo a uma campanha antibrasileira, que tem focado em desmatamento e genocídio indígena. Foi curto, conciso, denso, objetivo e claro. Deu uma boa invertida nas falsidades, em geral difundidas na Europa e nos Estados Unidos, por agentes dos inconformados que ficaram sem as oportunidades de parasitar o dinheiro público.

Da tribuna da ONU, o presidente explicou que mantemos dois terços da vegetação dos tempos de Cabral e 84% da floresta amazônica. Poderia comparar Brasil e Europa antes de Cabral e agora. Mil anos atrás, o território hoje brasileiro detinha uns 10% das florestas do mundo e a Europa Ocidental, cerca de 7%. Pois hoje, segundo dados da Embrapa Territorial,

a Europa tem meros 0,1% das florestas do planeta, e o Brasil, quase 30%. Não que não tivéssemos desmatado, mas o restante do mundo desmatou bem mais que nós. A Europa tem a aprender com o Brasil, e sua história não lhe permite nos dar lições.

Quanto aos índios, o presidente afirmou que temos reservas de 110 milhões de hectares, quase 14% do território nacional e bem mais que os 8% do solo ocupado com agricultura. Calcula-se em 1 milhão de brasileiros de etnias nativas. Já os americanos, para 3,5 milhões de indígenas, reservaram

apenas 3% de seu território — boa parte em deserto. E seria maldade se o presidente comparasse o general Custer com o marechal Rondon. Por aqui, a história é de integração e miscigenação étnica. É bom lembrar que a Polícia Federal derrubou uma a uma as falsas denúncias de assassinatos de índios, que políticos e artistas alardearam.

Para mostrar a realidade, o vice-presidente Hamilton Mourão já fez duas viagens à Amazônia, levando 20 embaixadores, a maioria de países europeus. As narrativas de ONGs cheias de dinheiro, de certas lideranças reli-

giosas que encontram eco na militância midiática, querem, no fundo, enfraquecer a soberania nacional sobre a Amazônia, onde estão 94 milhões de hectares de terras indígenas e uma riqueza mineral e biológica gigantesca. O discurso na ONU, como anunciado nas primeiras linhas, foi diferente do que tem sido divulgado na mídia e reafirmou nossos compromissos com o meio ambiente no agro, na indústria, na produção de energia, no turismo e no saneamento — e a vontade de defender e preservar o que é de nossa responsabilidade.

Depoimento do ministro Wagner Rosário é marcado por perguntas e respostas acima do tom. E termina em confusão depois que ele, ao ser indagado por Simone Tebet sobre a demora em mandar suspender contrato da vacina, disse que a senadora estava descontrolada

Lentidão para investigar Covaxin

» FABIO GRECCHI

Na sessão mais tensa da CPI da Covid até agora, o ministro da Controladoria Geral da União, Wagner Rosário, não explicou as razões pelas quais demorou a tomar providências para que o contrato de compra da vacina Covaxin, pelo Ministério da Saúde, fosse suspenso. Contrariando alertas dos próprios auditores da CGU, ele afirmou que o órgão não barrou a aquisição do imunizante fabricado pela Bharat Biotech porque verificou que o preço das doses, no site da própria fabricante do medicamento, não fugia à regra dos valores de imunizantes que vinham sendo negociados com o Ministério da Saúde. Ao final, por determinação do presidente da comissão, senador Omar Aziz (PSD-AM), o ministro passou da condição de testemunha para a de investigado.

O clima do depoimento de Rosário esteve ruim desde o início, pois tanto ele quanto os senadores todo o tempo mantiveram o tom agressivo nas perguntas e nas respostas. Por conta disso, o chefe da CGU foi alertado em pelo menos quatro oportunidades de que estava sendo “petulante” — como classificou o senador Rogério Carvalho (PT-SE) — e “desrespeitoso” — como lembrou o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE). Até mesmo os advogados que acompanharam o ministro pediram que moderasse o tom, pousando pelo menos duas vezes a mão sobre o ombro dele.

O confronto chegou ao ápice e ao ser inquirido pela senadora Simone Tebet (MDB-MS), que apontou que Rosário não interveio para impedir o fechamento de um contrato de fornecimento de vacinas repleto de vícios e inconsistências — um processo investigativo já corria dentro da CGU.

“O episódio de hoje me lembrou um pouco que nós já tive-

Roque de Sá/Agência Senado



Simone interpele Rosário, que depois se desculpou pela forma como tratou a senadora. O clima na sessão estava tenso desde o início

O engavetador que marcou a república

A citação da senadora Simone Tebet ao “engavetador geral da República” se refere ao ex-procurador Geraldo Brindeiro, que esteve à frente da PGR no governo Fernando Henrique Cardoso. Ele ganhou o apelido porque dos 626 inquéritos criminais que recebeu, engavetou 242, arquivou 217 e aceitou apenas 60 denúncias. Quase todas relacionadas à corrupção ou tráfico de influência, as acusações recaíram sobre 194 deputados, 33 senadores, 11 ministros e quatro outras que se relacionavam ao próprio presidente da República.

mos um procurador-geral da República e engavetador também.

E agora temos um controlador-geral da União que também passa pano, deixa as coisas acontecerem. Eu fico imaginando que vai fazer esse inquérito prévio, se realmente vai investigar e apurar quem são os servidores públicos omissos que esconderam o contrato da Covaxin de cada um de nós e da população brasileira”, cobrou Simone.

“Com todo respeito à senhora, recomendo que lesse tudo de novo. A senhora falou uma série de inverdades”, rebateu Rosário.

“Não faça isso! O senhor pode dizer que falei inverdades, mas

não me peça para fazer algo porque sou senadora da República. Não é meu papel ler o contrato da Covaxin, é papel de vossa excelência”, reagiu Simone.

A partir daí, começou a confusão. A senadora disse que Rosário se comportava como “menino mimado” e ele reagiu afirmando que ela estava “descontrolada”. O bate-boca se generalizou, com os parlamentares cobrando respeito do chefe da CGU e sendo chamado de “machista”. No meio do bate-boca, o senador Otto Alencar (PSD-BA) classificou o ministro como “moleque de recados”, “descarado” e “pau mandado”.

Depois de suspensos os traba-

lhos da CPI, Simone disse que Rosário a procurou para se desculpar e tentar superar o episódio. Mais tarde, o chefe da CGU se manifestou também pelo Twitter.

“Senadora: apesar de tê-lo feito pessoalmente, reitero meus pedidos de desculpas caso minhas palavras tenham lhe ofendido. Às vezes, no calor do embate, somos agressivos inconscientemente. Estendo minhas desculpas a todas as mulheres que tenham se sentido ofendidas”, registrou.

Reação atrasada

O ministro foi confrontado sobre as datas em que soube dos problemas no contrato da Covaxin e quando mandou tomar providências. Rosário deu a ordem para iniciar a investigação da CGU após a CPI ser instalada — come-

çou as atividades em 27 de abril e o processo interno na controladoria começou em junho. Conforme disse, quando chegou ao seu conhecimento a possível fraude, sua determinação foi que “desse foco às irregularidades”.

Rosário, porém, se escorou no argumento de que só haveria possibilidade de superfaturamento caso o governo tivesse efetivamente pago pelas vacinas. “Mostre um documento que mostre que a CGU disse que o contrato era regular, tudo bem, a gente assume”, desafiou Rosário ao responder ao relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL).

O senador insistiu na demora da CGU para investigar o contrato entre o ministério e a Precisa e indagou por que o valor de US\$ 15 por dose, bem mais alto que o de outras vacinas, não levantou suspeita da CGU. Rosário, que admitiu ter feito a consulta no site da própria fabricante da Covaxin, não enxergou problemas, pois o preço seguia uma coerência em relação aos outros imunizantes obtidos pelo ministério.

Os senadores também quiseram saber que tipo de atuação teve o ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Ferreira Dias. Randolfe Rodrigues (Rede-AP), vice-presidente da CPI, exibiu vídeo mostrando que suspeitas sobre a atuação dele circulavam na imprensa desde outubro do ano passado. E perguntou a Rosário se, na época, a CGU tomou providências. “A gente não tenha nenhuma informação de necessidade de afastamento de Roberto Dias. Providências em relação a quê? Uma reportagem do Diário do Nordeste?”, rebateu o ministro.

O contrato do Ministério da Saúde com a Precisa Medicamentos para a compra da Covaxin é um dos principais focos da CPI. O processo de aquisição de 20 milhões de doses, por R\$ 1,6 bilhão, foi cancelado após o avanço das investigações dos senadores. (Colaborou Tainá Andrade)

» CPI pede a rejeição de recurso de Barros

O senador Omar Aziz (PSD-AM), presidente da CPI da Covid, pediu ao Supremo Tribunal Federal que rejeite o recurso do deputado federal Ricardo Barros (PP-PR) contra a decisão individual da ministra Cármen Lúcia, que manteve a quebra do seu sigilo fiscal decretada pela colegiada. A briga é sobre o limite dos poderes das comissões de inquérito: se podem ou não determinar a quebra de sigilo de outros deputados e senadores. De um lado, a defesa do líder do governo na Câmara diz que a medida é ilegal por esbarrar na prerrogativa de foro especial. De outro, a Advocacia do Senado, que produziu a manifestação enviada por Aziz, na última segunda-feira, à Corte, defende que as quebras podem ser decretadas desde que sejam devidamente motivadas e fundamentadas

PF apura fraude em remédio de alto custo

» GABRIELA BERNARDES*

A Polícia Federal deflagrou, ontem, uma operação para investigar fraudes na aquisição de medicamentos de alto custo, por força de decisão judicial, pelo Ministério da Saúde. Apelinada de Operação Pés de Barro, apura operações realizadas no período entre maio de 2016 e abril de 2018, no governo Michel Temer, quando a pasta teve como chefe o atual líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR). A estimativa é que as fraudes, com pagamento antecipado sem o recebimento dos medicamentos, tenham causado prejuízo que ultrapassa os R\$ 20 milhões.

Entre os alvos da operação estão dois ex-diretores do Departamento de Logística (DLOG) do Ministério da Saúde empregados posteriormente no governo Jair

Bolsonaro. Também estão entre os alvos Wellington Ferreira Gonçalves e William Ferreira Gonçalves, outros dois sócios da Global.

A operação investiga a aquisição dos medicamentos de alto custo Aldurazyme, Fabrazyme, Myozyme, Elapraxe e Soliris/Eculizumabe pela Diretoria de Logística em Saúde da pasta. A polícia também fez buscas em endereços ligados à BSF Gestão e à Precisa Medicamentos, com ordens da 10ª Vara da Justiça Federal no Distrito Federal. Os policiais federais cumpriram 15 mandados de busca e apreensão nos estados de Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo e no Distrito Federal.

Mortes de pacientes

Segundo a PF, foram encontrados indícios de inobservância da

Jefferson Rudy/Agência Senado - 12/8/21



Barros estava à frente do ministério no período apurado pela Pés de Barro

legislação administrativa, licitatória e sanitária, além do descumprimento de reiteradas decisões judiciais, com o aparente intento de favorecer algumas empresas, como a Global — que mesmo após o pagamento, não entregou os remédios. A PF afirmou que a má condução dos processos de aquisição

desses remédios causou o desabastecimento por vários meses de seus estoques do ministério, colocando em risco a vida de centenas de pacientes beneficiários de ordens judiciais. Estima-se que ao menos 14 pessoas morreram por não terem os medicamentos. Os agentes disseram que

a informação sobre os óbitos foi prestada por associações e familiares de vítimas, que afirmaram aos policiais que elas morreram sem acesso a uma última tentativa de tratamento médico.

Os envolvidos podem responder pelos crimes de fraude à licitação, estelionato, falsidade ideológica, corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa e corrupção ativa. Em nota, o Ministério da Saúde disse que vai colaborar com as investigações conduzidas pelos órgãos competentes.

Já o líder do governo afirmou que “não se comprovará qualquer irregularidade” na conduta dele. “As compras foram feitas dentro das normas legais, sob decisões judiciais favoráveis e provocaram mudança na posição da Anvisa, que deixou de exigir licença de importação para medicamentos judicializados. Não há relação das mortes com a entrega de medicamentos. Não houve irregularidade”, disse, em nota.

* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi